



Integração regional entre Brasil e Chile: intercâmbio acadêmico como forma de promover o desenvolvimento nacional

Lana Rodrigues Araújo
Graduanda em Direito na UNIFOR
Bolsista PBICT/FEQ
lana.rodrigues@live.com

Antônio Walber Matias Muniz
Doutor pelo Prolam/USP
Professor da Universidade de Fortaleza
walber@unifor.br

Resumo: Objetivando estudar a eficácia das políticas estruturais criadas pelos governos brasileiro e chileno para articular a superação dos baixos índices de qualificação profissional e como isso tem repercutido nas relações internacionais desses países, surge esta pesquisa qualitativa, com base bibliográficas, artigos em sítios eletrônicos e estatísticas referentes ao tema. Em um primeiro momento, é feito um comparativo socioeconômico sobre o ritmo de crescimento do Brasil e do Chile, enquanto países latino-americanos. Em seguida, é explanado como a questão acadêmica influencia na promoção e manutenção do desenvolvimento nacional de cada país. Encerra-se as considerações buscando-se demonstrar de que maneira a integração educacional regional contribui para fortalecer a presença do Brasil e do Chile como importantes atores nos compromissos decisórios da agenda educacional.

Palavras-chave: Integração Regional; Fluxos migratórios educacionais; Migração e desenvolvimento regional.

Resumen: Con el objetivo de estudiar la eficacia de las políticas estructurales creadas por el gobierno brasileño y el gobierno chileno para articular la superación de los bajos niveles de calificación profesional y cómo esto se refleja en las relaciones internacionales de estos países, viene esta investigación cualitativa, con estudios en bases bibliográficas, artículos en web y estadísticas relativas el tema. En un primer momento, se hizo una comparación socioeconómico de la tasa de crecimiento de Brasil y Chile, mientras que los países de América Latina. Después, se explica como las influencias cuestión académica en la promoción y mantenimiento de un desarrollo nacional de cada país. Terminación de las consideraciones de este trabajo, se busca demostrar cómo esta integración educativa contribuye a fortalecer la presencia de estos países como actores importantes en la toma de decisiones de los compromisos de la agenda educativa.

Palabras clave: La integración regional; La migración de la educación; La migración y el desarrollo regional.

Metodologia

O estudo deste artigo constituiu-se de pesquisas de cunho qualitativo, em bases de dados bibliográficas, em artigos em acervos eletrônicos e em estatísticas e informes relacionados ao país, disponibilizados por sites de organizações governamentais, assim como de entidades não governamentais.

Introdução

A estruturação deste trabalho se distribui em três fases. A primeira se inicia com uma explanação acerca dos diversos aspectos que compõem os países, Brasil e Chile, realizando parâmetros entre questões econômicas e sociais, enquanto países latino-americanos, com embasamento em obras bibliográficas e artigos em acervos eletrônicos, além de índices econômicos internacionais.

Em seguida, analisa-se como a integração acadêmica reflete no desenvolvimento interno de cada um dos países acima referidos, verificando a questão da qualificação profissional e capacitação em nível de Ensino Superior própria de cada país e a que foi estabelecida posteriormente por intermédio de acordos firmados entre o Brasil e o Chile. Fundamentando-se em dados disponibilizados no sítio eletrônico do Ministério da Educação, assim como em artigos científicos e acervos bibliográficos.

Por fim, demonstra-se a relação entre a manutenção das relações de integração entre os países estudados, buscando compreender de que maneira isso impacta na visibilidade e efetiva participação desses países nos compromissos que representam importantes decisões na agenda educacional, por intermédio de estudos em teses, em artigos e acervos de bases bibliográficas.

Brasil *versus* Chile: desenvolvimento interno

Ao realizar uma comparação entre o Brasil e outros países latino-americanos estruturalmente mais estáveis, como é o caso do Chile, é possível perceber que existe uma significativa diferença quanto ao ritmo de crescimento de ambos. Contudo, para ter condições de analisar os referidos países e de estabelecer parâmetros voltados para a construção desta pesquisa, é pertinente definir o que compõe esse conceito de "estabilidade estrutural".

Um país estruturalmente estável não é aquele que possui uma economia saudável apenas, mas que, além disso, está alicerçado em um governo de atuação constante em bases políticas equilibradas, assim como



associado a um cenário de bem-estar social. Portanto, o que faz com que um país seja considerado estável não é apenas um aspecto isolado que o compõe, mas sim um conjunto de fatores.

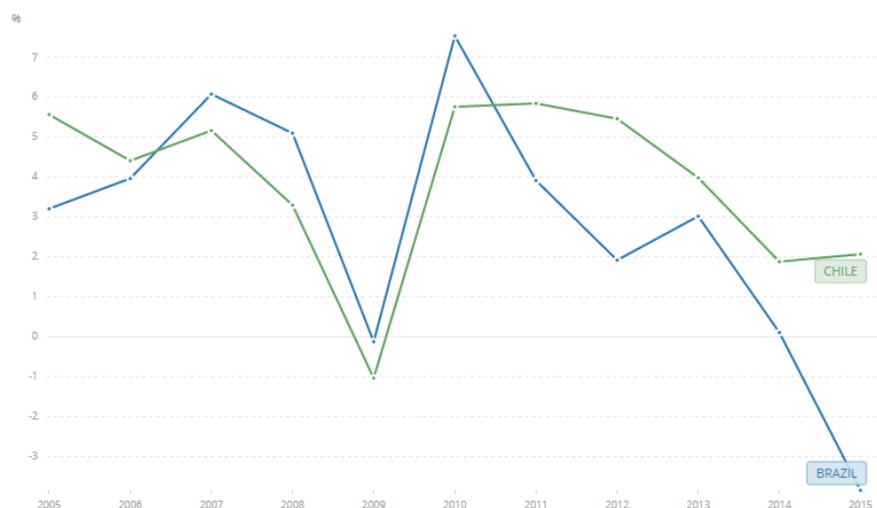
Em termos de formação histórica, o Brasil e o Chile possuem algumas semelhanças: ambos tiveram participação dos espanhóis na sua colonização; passaram por períodos de ditadura militar, embora cada uma com suas peculiaridades, e enfrentaram crises econômicas e conflitos sociais. Embora marcada por uma série de aspectos negativos, a melhora gradual na economia chilena, ainda que com controvérsias, se deu em parte no período da ditadura, em virtude de políticas adotadas à época, como afirma Kliass (2013, *online*),

A base para todas as medidas do retrocesso era a tentativa de recuperar a chamada “liberdade de mercado”, bem como a eliminação de toda e qualquer presença do Estado na economia. A liberalização mais evidente começou no plano das relações internacionais, com a política de redução gradual e contínua das tarifas de importação, além de outras restrições às compras de produtos do exterior. Os liberais acusavam os governos anteriores de transformarem o Chile em uma ilha autárquica e, por isso, resolveram abrir a economia para o resto do mundo.

Nos dias atuais o Chile possui em exercício um governo democrático e uma economia tida como uma das melhores do continente sul americano, enquanto que o Brasil, embora possua um governo também democrático, está atravessando sérios momentos de crise política e encontra-se com a economia em alto índice de retração.

Em estatísticas fornecidas pelo *The World Bank*, a taxa de crescimento do PIB chileno havia sido de 1,89%, cerca de US\$ 258,0615 bi por ano, enquanto que o Brasil, mesmo tendo US\$2,3461 tri produzidos, teve sua taxa de crescimento do PIB em 0,14%, ao ter como referência o ano de 2014 (2015, *online*). Contudo, ao observar os dados correspondentes ao ano de 2015, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi em torno de -4,67%, correspondente a US\$1.775 tri ao ano, e a taxa de crescimento do PIB chileno foi de 1,01%, correspondente a US\$240.216 bi ao ano (2016, *online*), conforme se pode observar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução do PIB brasileiro e chileno



Fonte: *GDP per capita growth (annual %), The World Bank¹.*

Essa discrepância entre os valores do PIB se explica em razão de diversos fatores como, por exemplo, as políticas de intervenção na economia e as cargas tributárias. O Chile possui índice de inflação em torno de 3,3% ao ano, enquanto que, no Brasil, as variações inflacionárias orbitam em torno de 8,9 % (*Global Rates, 2016, online*). Do mesmo modo, outro ponto que diretamente traduz as causas dessa diferença é o que se refere aos investimentos realizados nos setores sociais, como na Educação, no tocante a qualidade do Ensino Superior e as capacitações profissionais.

A distribuição das receitas concentradas deve ‘respeitar’ certa ordem de preferência, no sentido de que, após haver o levantamento do PIB, a arrecadação tributária e o fechamento o valor total da receita, é que vai haver a distribuição do montante destinado às despesas/custos de acordo com as disposições previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual, sendo reservado o percentual

¹ Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2015&locations=BR-CL&start=2005&view=chart>>. Data de acesso: 13 set 2016.

devido necessário ao pagamento da Dívida Pública que, no caso do Brasil, é de 66,23% do PIB (*Trading Economics*, 2015, *online*). No caso do Chile, a situação é diferente, pois apenas 17,50% do PIB está reservado para o pagamento da Dívida Pública (*Trading Economics*, 2015, *online*).

Na batalha cotidiana, a complacência diante das novas exigências dos mercados tem levado os governos a questionar seus custos com os projetos sociais, mesmo onde a sua implementação poderia se dar com recursos mais modestos. Esse reordenamento das prioridades e a conseqüente contração orçamentária têm levado os governos a formular suas políticas de emprego, de redistribuição de renda quase unicamente voltadas para o estímulo ao crescimento dos meios de produção privados e do capital humano individual, agora apresentados como ativos de interesse coletivo (ARBIX e ZILBOVICIUS, 2001, p. 61).

Essa distribuição de valores no orçamento afeta diretamente o setor social, pois maior seria a porcentagem necessária estimada para garantir o suprimento das prioridades e necessidades básicas da população, uma vez que 43,77% restante do PIB não se entende suficiente para garantir a qualidade de vida, de acordo com a responsabilidade do Estado enquanto garantidor e segurador do bem-estar social, no tocante à Saúde e à Educação, principalmente, além de outras esferas.

Influências de institutos acadêmicos na promoção e manutenção do crescimento nacional

No Brasil, a crise econômica que ensejou um cenário de retração e conseqüentemente de desemprego em massa, afetou diretamente a esfera social e, os índices de desemprego que nos últimos anos vinham crescendo bastante, continuam sem previsão de serem reduzidos e de restaurarem o ritmo de geração de renda que antes havia em virtude dos vínculos empregatícios e dos efeitos decorrentes deles, como a percepção de remuneração, gratificações e outros benefícios.

O governo chileno concentra investimentos diretos em saúde e educação e realiza parcerias com o setor privado para outras áreas, como a de obras de infraestrutura, o que muito colabora para que haja o desenvolvimento do país, com essas políticas como base. Graças à disciplina fiscal e à estabilidade econômica e política, o país muito avançou e, uma vez que adquiriu estabilidade, converteu-se em um país de baixo risco, atraindo investimentos.

[...] as políticas centradas no crescimento econômico com uma forte regulação do Estado tornam-se pouco viáveis atualmente, onde se busca o desenvolvimento econômico. Serão somente políticas “de baixo para cima” com a própria sociedade gerando seu



desenvolvimento e o Estado apenas viabilizando esse processo que se poderá gerar um nível de desenvolvimento econômico aceitável (MORAES, 2004, p. 63).

Essas “políticas de baixo para cima” podem ser entendidas como aquelas ligadas a investimentos no setor base, que é a Educação. Até recentemente, no Chile não havia Ensino Superior gratuito, o que foi motivo de muitos protestos durante os últimos anos, no entanto, ao final do ano de 2015, a presidente Michelle Bachelet implantou o programa, que foi alvo de muitas críticas por várias razões.

Nas últimas décadas, em sua maioria, o Ensino Superior era cursado em instituições privadas que recebiam o auxílio de recursos públicos, ou então em universidades estatais – que desde a ditadura de Pinochet, exigiam o pagamento de mensalidade mesmo nas universidades públicas, em virtude da política instituída à época.

Diferente cenário ocorre no Brasil, no sentido de que o Ensino Superior se distribui em dois tipos de instituições: pública, na qual não é necessário pagar uma mensalidade, independentemente de ser uma universidade federal ou estadual; e privada, na qual cada estudante paga a mensalidade determinada pela instituição, sem esta receber auxílio do governo por intermédio de recursos públicos.

Importante salientar que a figura do financiamento estudantil ofertada em alguns programas do governo não é um auxílio direcionado para a universidade e sim para os estudantes, para que estes possam independentemente de possuir recursos próprios, custear sua formação acadêmica e profissional. Logo, os institutos do financiamento e do auxílio não se confundem.

Sendo assim, a integração regional se faz de suma importância para permitir que a sociedade possua maiores chances de crescimento, levando-se em consideração que, com uma formação de qualidade, os profissionais formados terão diferencial em comparação àqueles que possuem cursos nacionais somente ou de nível equivalente.

[...] o desenvolvimento econômico como o processo através do qual uma sociedade tradicional que empregue técnicas primitivas e que, portanto, só pode manter um nível de renda per capita modesto, se transforma numa economia moderna, de alta tecnologia e de elevada renda. O processo envolve a substituição da produção intensiva de mão-de-obra por técnicas que empregam mais capital, mão-de-obra qualificada e conhecimentos científicos para produzir uma grande variedade de produtos consumidos numa sociedade mais rica (MOREL, 2008, p. 18).

Ao participar de intercâmbios acadêmicos, os estudantes, enquanto futuros profissionais entram em contato com realidades diferentes, uma vez que cada país, por mais que possa ter formações históricas e aspectos sociais dotados de certa semelhança, guardam distintas peculiaridades que contribuem para uma formação mais especializada, de maneira a proporcionar melhor desenvolvimento pela prática da troca de conhecimentos entre culturas diversas.

Para o Brasil, possuir diferentes graus de qualificação específica em determinadas áreas, como a de Ciências Tecnológicas e de Engenharias, é algo relativamente novo, enquanto que para o Chile nem tanto, o que tem acarretado essa preocupação do Brasil em proporcionar os melhores recursos possíveis para a consolidação do profissional, pois são áreas carentes de mão de obra qualificada, o que influi diretamente no avanço ou retrocesso de qualquer país.

Em termos de fortalecimento da integração entre os países do MERCOSUL, está a seara educacional. Tendo percebido sua relevância, começou-se a firmar tratados e acordos voltados para essa área, uma vez que não importavam para o crescimento do bloco os acordos que versassem sobre economia, apenas.

Os processos de integração são únicos e complexos, pois são formados por várias lógicas superpostas e, muitas vezes, conflitantes, que variam no tempo histórico e no espaço geográfico. (...) Da mesma forma, são distintas as lógicas da rivalidade política, do poder e da segurança nacional entre nações de continentes diferentes (MIRANDA, 2014, p. 513).

Na década de 1990, no âmbito educacional, os acordos firmados entre os países integrantes do MERCOSUL estavam voltados para a Educação Básica, no entanto, desde aquela época, as idealizações já estavam pautadas sobre os princípios aludidos no Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, e com uma política de revalidação e certificados devidamente prevista e esclarecida em decretos legislativos que incorporaram os protocolos realizados na forma de acordo no ordenamento jurídico interno.

Um exemplo desse primeiro momento de integração educacional está expresso no Decreto N° 6.729, de 12 de janeiro de 2009, que promulgou o “Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile”.

Na busca de integralizar a educação básica nos “Estados Partes” do MERCOSUL e seus associados, iniciaram-se esforços na criação de acordos/protocolos e na unificação de conteúdos curriculares mínimos que possibilitem o prosseguimento dos estudos nestes países. Os mencionados acordos educacionais ensejaram a criação de legislações para regulamentar a



matéria e propiciar a integração e o intercâmbio dos estudantes entre as escolas dos países participantes [...] (CLEMENT, *online*).

Mais adiante, em 2013, voltando-se para a integração no Ensino Superior, os ministros da Educação do Brasil, Aloizio Mercadante, e do Chile, Harald Beyer Burgos, reuniram-se para discutir sobre o assunto, discussão essa que resultou no primeiro documento, um memorando de entendimento, acerca da cooperação educacional, estabelecendo prioridade em algumas áreas para promover o desenvolvimento conjunto e de modo que possa estar equiparado em ambos os países, com enfoque na pós-graduação e educação superior, assim como educação profissional e tecnológica.

A cooperação pode ainda incluir ações nos campos de intercâmbio e aperfeiçoamento de professores, pesquisadores, estudantes e gestores educacionais; realização de seminários e eventos; estabelecimento de consórcio binacional de universidades, institutos binacionais de pesquisa e doutorado; políticas comuns de credenciamento de cursos com vistas à convalidação de títulos e diplomas; elaboração de projetos de cooperação técnica e investigação científica e intercâmbio de bibliotecas e material didático (MEC, *online*).

Dessa forma, a taxa da população empregada e a disponibilidade de renda que movimentam a economia voltam a crescer, trazendo resultados concretos a serem observados e estudados, verificando-se que enseja o chamado efeito dominó, já que promove a qualificação profissional e acarreta a elevação dos índices de emprego.

Esse efeito pode ser traduzido na seguinte linha de raciocínio: população empregada traz a disponibilidade de renda para consumo, que movimenta os caixas das empresas e estimula os estabelecimentos e a circulação de bens e serviços, auxiliando na manutenção da economia, que volta a crescer de maneira gradual e sucessiva.

Integração acadêmica como meio de fortalecer o poder de participação dos países nos compromissos da agenda educacional

Não há como os países permanecerem isolados e serem figuras de importante caráter decisório se não buscarem estreitar as relações entre si, melhorando a dinamização das relações internacionais, logo, para conseguir firmar sua posição em meio ao cenário de disputas, Considera (2016, p. 81) afirma que

a análise sobre a evolução dos mecanismos de integração regional desenvolvidos pelos Estados sul-americanos, desde inícios do século XX, revela a constante busca dos governos da região pelo desenvolvimento socioeconômico por meio da inserção nos ciclos dinâmicos da economia internacional.

O que suscita desconfiança para os países, nesse contexto de crises e instabilidades, é justamente o fato de que um necessita do outro, em termos de cooperação, contudo, não há como estabelecer uma relação de convívio e criação de acordos, com termos de estabelecimento de responsabilidades, se não há segurança para trazer e fixar investimentos, promover estratégias e acima de tudo, garantir a participação nos compromissos decisórios da agenda de desenvolvimento educacional.

Nesse sentido, o intercâmbio acadêmico é percebido como uma alternativa mais suscetível de concretizar a realidade proposta pela integração, levando-se em consideração que os resultados são percebidos de maneira mais evidente e, talvez, mais direta, porque atuam sobre a formação de profissionais que compõem o mercado de trabalho competitivo e que acarretam reflexos econômicos em diferentes frentes, quer seja no âmbito do consumo, quer seja no âmbito de arrecadação tributária, por exemplo, além de superar, de certa forma, as crises de instabilidade interna.

A Nova Ordem Mundial é complexa nos mais diversos planos (econômico, político, social, jurídico, ambiental, estratégico) reunindo fenômenos factuais e princípios jurídicos na dimensão internacional, hoje, também, transnacional e supranacional. Trata-se da convivência (nem sempre pacífica) entre antigos e novos atores (Estados, Organizações Governamentais, Organizações Não-Governamentais, enfim, a Sociedade Civil, como um todo) (MATTOS, 2013, p. 24).

A integração regional não deve ser entendida somente como uma forma de fortalecer a presença de determinado país nos compromissos decisórios na agenda educacional; deve também ser vista como uma forma de garantir a sobrevivência deste país, no atual contexto de competitividade que se mostra marcante no cenário internacional, cada vez mais é imprescindível buscar meios que façam desse país, tragam para ele, um diferencial diante dos demais, qual seja uma maior atratividade de investimentos, ou o fluxo migratório que proporciona variações no desenvolvimento interno, o que tem sido posto em prática como se pode perceber nas disposições dos acordos estabelecidos entre o Brasil e o Chile.

A disparidade econômica entre os países e a capacidade que estes possuem de formar alianças em torno de assuntos específicos da agenda reacende as possibilidades de poder de barganha não mais determinados pela força militar. Este é outro fator interessante trazido pela Interdependência complexa: as alianças internacionais começam a ocorrer com base em



assuntos específicos levando os Estados a cooperarem em torno de certos temas e a divergirem em outros (CONSIDERA, 2016, p. 35).

Importante frisar, ainda, que a Educação, em seus diferentes níveis (Básico, Fundamental, Médio e Superior), deve ser prioridade nas políticas que dão base e sustentação a todo e qualquer Estado, pois é por intermédio delas, e não somente da Economia, que uma Nação pode assegurar o seu crescimento e desenvolvimento. A educação, enquanto pilar de uma sociedade, requer a dedicação e atenção não só das autoridades competentes de cada Estado, mas da sociedade como um todo, devendo esta concentrar suas atenções na necessidade de participar ativamente do processo que integra e agrega diferentes conhecimentos.

Em outras palavras, na prática, os nacionais de cada país, ao fazerem parte desses projetos, como o intercâmbio acadêmico, tornam concretas as idealizações de desenvolvimento propostas pelos acordos de cooperação, e que se beneficiam, por outro lado também, com os resultados derivados desses fatos.

Portanto, devem os países cada vez mais atentar para a necessidade de promover acordos e alianças que proporcionem um estreitamento das relações internacionais que se estabeleceram para que eles consigam se fortalecer e juntos crescerem, como estão fazendo o Brasil e o Chile, no momento em que qualificam a mão de obra, estabelecendo metas e conseguindo aos poucos ir atraindo investimentos para dentro do próprio país. Como consequência, eles se consolidam enquanto agentes internacionais de demasiada importância, visto que passam a ter confiança e segurança de que são capazes de melhorar e ampliar seus horizontes, além de promoverem o desenvolvimento interno.

Considerações Finais

Para compreender como a educação influencia na determinação dos padrões de desenvolvimento e de que forma ela impacta as relações internacionais de um país foi realizada essa pesquisa, realizando parâmetros entre o Brasil e o Chile, iniciando com aspectos econômicos e sociais.

Inicialmente foi possível observar que embora haja diferenças entre os referidos países, assim como quaisquer outros, ao fazer uma comparação proporcional, se observa que o Brasil está em atraso em termos de acompanhar o desenvolvimento espelhado por outros países sul americanos, como é o caso dos padrões demonstrados pelo Chile, representados nos números expressos em índices econômicos fornecidos no



transcorrer do texto e justificados em razão das políticas adotadas por cada país, voltadas para a infraestrutura, organização do setor social e distribuição da economia.

Após realizar uma breve análise sobre o Ensino Superior no Brasil e no Chile de maneira individualizada, pôde-se compreender o funcionamento dessa estrutura de acordo com o contexto social fático apresentado por eles. Seguindo a linha de raciocínio no decorrer do texto, consegue-se estabelecer uma conexão entre o intercâmbio acadêmico inserido na integração regional entre Brasil e Chile e a repercussão dos efeitos que essa integração teve na qualificação, influenciando diretamente no crescimento social e no desenvolvimento nacional, tendo em vista que estão intrinsecamente ligados.

Nesse sentido, a integração educacional é percebida como uma estratégia mais segura, quando comparada com aquela realizada em âmbito econômico que está sujeita a variações cambiais, a questões políticas, etc., o que poucas vezes pode oferecer alguma garantia (certa) de que o que for pactuado não poderá trazer sérias modificações ou prejuízos para os outros países em virtude da instabilidade interna de um deles, já que estão relacionados através do acordo, portanto um sentirá as consequências do outro, ainda que indiretamente.

Encerrando o desenvolvimento, percebe-se que a cooperação não deve ser entendida somente como aquela da decorrente da formação de blocos econômicos, é também meio de alcançar algo ainda maior do que os blocos, que é o estabelecimento de relações internacionais interdependentes, ainda que de maneira complexa, mas que conseguem ir além da instituição juridicamente formada e estabelecida com alcance muitas vezes limitado.

Tanto o Chile como o Brasil participam hoje de diversos acordos voltados para a seara educacional, não somente com os países latino-americanos, como Argentina e Uruguai, mas também coreanos, por exemplo. Esse tipo de comportamento demonstra como as relações entre os países tem se estreitado, a ponto de estes irem aprimorando a cooperação e integração entre si, não deixando restritos os acordos e memorandos àqueles países com os quais inicialmente mantinham essa política.

Sem haver isolamentos e concorrência entre aqueles que realizam e fazem parte dessa integração regional, vinculando questões econômicas, sociais e de política externa, conclui-se que a integração regional educacional hoje, com a participação dos países na constituição e efetivação de acordos internacionais, ganha

importância ainda maior, tendo em vista que isoladamente os países não tem demasiadas condições de progredir sem que haja uma cooperação.

Referências

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. Por uma estratégia de civilização. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 2001, p. 61.

BRASIL. **Decreto nº 6.729**, de 12 de janeiro de 2009.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Brasil e Chile firmam acordo para estreitar relações educacionais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18421:brasil-e-chile-firmam-acordo-para-estreitar-relacoes-educacionais>>. Data de acesso: 15 set 2016.

CLEMENT, Felipe. **Acordos de validação e aproveitamento dos estudos na educação básica entre os “Estados Partes” do MERCOSUL e Associados**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11130&revista_caderno=19>. Data de acesso: 16 set 2016.

CONSIDERA, Carlos Alexandre. **Política Internacional I: a política externa brasileira e os novos padrões de inserção no sistema internacional do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 35, 81.

GLOBAL RATES. **Inflação - quadro de números de inflação actual internacional**. Disponível em: <<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/inflacao.aspx>>. Data de acesso: 14 set 2016.

KLIASS, Paulo. **Golpe no Chile: economia e política**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Golpe-no-Chile-economia-e-politica/6/28556>>. Data de acesso: 18 set 2016.

MATTOS, Adherbal Meira. Os Novos BRICs e a Nova Ordem Mundial. In: II Rodada de Eventos em Direito e Relações Internacionais na Unifor, II Seminário de Direito e Relações Internacionais, II Jornada Brasileira de Direito Internacional na Unifor. **Perspectivas para a América Latina: em homenagem a San Tiago Dantas**. São Paulo: Plêiade, 2013, p. 24.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. 26 de março de 1991.

MIRANDA, José Carlos. Desafios à Integração da América do Sul. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antônio Macedo (Edit.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014, p. 513.

MORAES, Vagner Rogério. **O desenvolvimento e o crescimento econômico em perspectiva: a trajetória da economia brasileira e o desenvolvimento econômico atual**. 2004. 74 f. Monografia (Bacharelado em Economia) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Presidente Prudente, Presidente Prudente. 2004, p. 63.



MOREL, Blanca Lila Gamarra. **O desenvolvimento do Chile das reformas econômicas de 1973 a 2006.** 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS. Porto Alegre, 2008.

THE WORLD BANK. **GDP (current US\$).** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2015&locations=BR-CL&start=2005&view=chart>>. Data de acesso: 13 set 2016.

_____. **GDP per capita growth (annual %).** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2015&locations=BR-CL&start=2005&view=chart>>. Data de acesso: 13 set 2016.

_____. **Indicators – GDP (current US\$).** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Data de acesso: 23 ago 2015.

TRADING ECONOMICS. **Brasil – Dívida Pública % PIB.** Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/brazil/government-debt-to-gdp>>. Data de acesso: 13 set 2016.

_____. **Chile – Dívida Pública % PIB.** Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/chile/government-debt-to-gdp>>. Data de acesso: 13 set 2016.